

CONFERÊNCIA

O SETE DE SETEMBRO
*e os tortuosos caminhos
da nacionalidade brasileira*

RAQUEL CAMPOS

Universidade Federal de Goiás
Goiânia | Goiás | Brasil
raquelmgcampos@ufg.br
orcid.org/0000-0001-7836-5745

Lançamento de *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República* (3^a edição), de Noé Freire Sandes. Livraria da UFG, 14 de maio de 2025.

Muito boa tarde a todas e todos!

É com muita alegria que estou aqui hoje para falar um pouquinho para vocês sobre este incontornável livro de Noé Freire Sandes, *A invenção da nação: entre a Monarquia e a República*, recentemente relançado pela Editora UFG.

É sempre uma honra e um prazer poder tratar dessa obra, que trouxe uma importante contribuição para a historiografia brasileira. Para além disso, me deixa particularmente feliz o fato de que o lançamento da nova edição desse livro se dê em um evento que abre a comemoração dos 60 anos do curso de História da UFG.

Anteriormente, este lançamento estava marcado para ocorrer em 17 de abril, o que faria com que ele quase coincidisse com o aniversário do Noé, que teria completado 64 anos no último dia 15. Seria uma feliz coincidência. De todo modo, guardamos ainda uma diferença marcante em relação a cerca de quatro anos atrás, quando o evento em homenagem ao nosso colega coincidiu com o aniversário de um ano de sua morte prematura, ocorrida em setembro de 2020. Além disso, como ainda vivíamos a crise sanitária da pandemia da Covid-19, nossa reunião foi apenas virtual. É sem dúvida muito melhor estarmos aqui juntos, na nossa casa em comum, na Universidade Federal de Goiás, neste Pátio das Humanidades.

E é também muito justo que a celebração dos 60 anos do curso de História da UFG seja ocasião para falarmos de uma obra de Noé Freire Sandes, que desempenhou um papel tão fundamental nessa história. E isso não apenas porque ele foi professor no Departamento e depois Faculdade de História por três décadas, entre 1988 e 2018. Como relembrou Marlon Salomon no obituário que redigiu em 2020, Noé fez parte de uma geração de docentes, a segunda, que teve de enfrentar uma crise sem precedentes no Departamento de História, no início dos anos 1990, e foi responsável por “praticamente restabelecer as bases do curso de mestrado em História na UFG” (Salomon, 2020). Para além disso, como Marlon Salomon também destacou, Noé se tornou uma liderança na UFG naquele momento, tendo sido eleito coordenador do PPGH e diretor da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Posteriormente, foi diretor da Faculdade de História e, a cada novo reitorado, sempre teve seu nome lembrado para assumir alguma das pró-reitorias da UFG.

Particularmente, é muito simbólico e até muito bonito que tenhamos aqui a ocasião de falar especificamente, entre os três livros autorais de Noé, deste *A invenção da nação*. Oriundo da tese de doutorado defendida em 1997 na USP, sob a orientação de Maria Helena Capelato, este livro, em toda sua potência, permite também lançar luz sobre importantes e seminais mudanças sofridas pela área de História da UFG no curso de uma década, entre meados dos anos 1990 e meados dos anos 2000. Passemos, então, a *A invenção da nação*.

Nesta obra publicada originalmente em 2000, o Sete de Setembro é tomado como “um lugar de memória a dominar a imaginação nacional”, transformado, desde o século XIX, em um marco de identidade, em um “momento fundante da formação da nação” (Sandes 2024, 22). Não se trata, portanto, de examinar o processo de independência política do Brasil, de propor uma nova interpretação sobre as razões que levaram à separação em relação a Portugal. O que está em foco é o problema da construção da nacionalidade, dessa nação que não existia antes da emancipação política e que precisou ser, justamente, inventada. Nesses termos, Noé Freire Sandes volta-se para o Sete de Setembro com uma proposta muito original: “traçar um paralelo entre a constituição de uma memória da Independência, em meados do século XIX, e sua reelaboração, cem anos mais tarde” (Sandes 2024, 23).

Assim, no primeiro capítulo, Noé discute o processo por meio do qual o Sete de Setembro foi gradualmente se fixando, ao longo do século XIX, como o momento do nascimento da nação, o que ele não era no contexto imediato da ruptura com a metrópole. Fundamentalmente, ele mostra como a consagração desse marco se fez no âmbito de um projeto monárquico-conservador que buscou promover uma imagem da nação, monárquica e indivisa. Afinal, o Grito do Ipiranga coloca um único sujeito no cenário do nascimento do Brasil: D. Pedro. E consagrando o Sete de Setembro conduz a apagar o longo, hesitante e conturbado processo de emancipação política do Brasil. Não por acaso, salienta Noé, a historiografia oitocentista condenou os movimentos republicanos do período colonial, como a Revolução Pernambucana de 1817. Não por acaso, tampouco, ela apagou os conflitos e guerras que marcaram o processo de independência nas províncias do Norte, como Bahia, Maranhão, Pará. Tratava-se de fazer da nação brasileira um feito do príncipe magnânimo, de tomar a monarquia como a grande responsável por manter a unidade nos antigos territórios da América e, portanto, de propriamente forjar o Brasil (Sandes 2024, 35-47).

Tal empreendimento foi muito bem-sucedido já no século XIX, apesar de ter suscitado alguma disputa de memórias por ocasião da inauguração da estátua equestre de D. Pedro I no Largo do Rocio, em 1862. Naquela ocasião, os liberais tentaram opor o Sete de Abril de 1831 ao Sete de Setembro de 1822, procurando fazer daquela data o marco da verdadeira libertação do Brasil, momento em que ele teria finalmente se livrado da tutela portuguesa. Mas foram derrotados. No final do Segundo Império, a famosa pintura de Pedro Américo viria atestar o sucesso do projeto monárquico-conservador e de sua compreensão da memória nacional (Sandes 2024, 47-55).

Mas se nós nos reconhecemos nessa memória, isso não se explica única e nem principalmente pela ação dos homens do saber e do poder no Oitocentos. Pois foi durante a República, mostra-nos Noé neste livro tão provocador, que o Sete de Setembro foi irreversivelmente instaurado como marco da independência brasileira. É nesse período que está o foco do livro, no momento de reelaboração, de “refundação da memória nacional”, entre 1922 e 1925. Refundação porque, como demonstra Noé, naquele momento o governo republicano procurou redefinir a nação a partir da constituição de um campo comum entre a Monarquia e a República, rompendo com os movimentos de crítica e desvalorização da herança monárquica, que haviam marcado até então o regime instaurado em 1889.

Afirmando-se surpreendentemente como herdeira da tradição monárquica, a República promoveu uma ampla e intensa comemoração do centenário da Independência, em 1922. Por meio de uma grandiosa exposição internacional no Rio de Janeiro, de uma série de conferências no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da construção do Museu do Ipiranga, em São Paulo, em que o famoso quadro de Pedro Américo ganhou destaque absoluto, entre outras atividades, o governo republicano instaurou definitivamente o Sete de Setembro como o momento fundador da nação brasileira. Em 1921, havia sido revogado o banimento da família real e os restos mortais de D. Pedro II haviam retornado ao país. Em 1925, comemorou-se o centenário do nascimento do segundo imperador do Brasil.

Promovendo, desse modo, a pacificação do passado, o presidente Epitácio Pessoa contribuiu decisivamente para a criação de um panteão nacional em que os monarcas passaram a figurar ao lado dos heróis do republicanismo. Não só Tiradentes, mas também, inevitavelmente a partir de então e por obra da República, D. Pedro I e D. Pedro II. Ao reorganizar desse modo as representações do passado nacional, Pessoa procurava responder à crise do regime republicano. Ele se opunha assim “à glorificação dos tenentes como articuladores de uma nova etapa histórica que se iniciava no país”, ao mesmo tempo em que promovia “uma vitória simbólica do projeto centralizador que se esboçava nos anos 20” (Sandes 2024, 28).

Profundamente instigante, como se pode notar, este estudo da construção da memória nacional era também muito inovador naquele final dos anos 1990. Conceitos que Noé Freire Sandes maneja habilmente e que nos são hoje familiares – imaginação histórica, imaginário político, memória coletiva, memória histórica, lugares de memória, representações sociais – eram então muito novos. De um lado, é certo que o início de sua circulação entre nós se explica pelo intenso processo de renovação por que passava a historiografia brasileira, desde os finais da ditadura militar. Buscavam-se então novos problemas, novos objetos, novas abordagens. Esse movimento foi também decisivo para voltar a conferir legitimidade ao campo em que se situam as pesquisas de Noé, a história política, votada ao desprestígio nas décadas de

predominância das análises das estruturas econômicas e sociais. Mas, se se inseria em um movimento mais amplo de transformação da historiografia nacional, Noé não deixou de fazê-lo de maneira muito original. Pois *A invenção da nação* foi certamente um dos primeiros trabalhos a investigar as cerimônias comemorativas e os festejos patrióticos, tomando-os como momentos de refundação da nação.

E ele não deixa de ser também, como eu havia dito, uma janela para mencionar uma série de mudanças por que passou a formação dos historiadores e das historiadoras na UFG.

No início dos anos 2000, o Programa de Pós-Graduação em História, que fora fruto, nos anos 1990, de uma profunda reestruturação do antigo Mestrado em História, passou por uma nova expressiva modificação (Salomon 2021, XX). Sua área de concentração deixou de ser “História das sociedades agrárias” para se redefinir como “Cultura, Fronteiras e Identidades”, tendo como uma de suas linhas de pesquisa “História, memória e imaginários”. Noé Freire Sandes foi uma das pessoas à frente desse processo, em sua qualidade de coordenador do PPGH, no biênio 2000-2001.

Tais mudanças interessam-nos aqui porque elas tornaram visíveis as fortes reorientações teórico-metodológicas que conheciam então o ensino e a pesquisa em História na UFG, em consonância com o que vinha ocorrendo no país. Foi assim que passamos a conhecer, ler e discutir, com Noé e outros professores de sua geração, nas disciplinas da graduação e da pós-graduação, na preparação para o Processo Seletivo do PPGH, autores que se destacam entre as principais referências de *A invenção da nação*: os sociólogos Maurice Halbwachs, autor de *A memória coletiva*, e Michael Pollak, autor de “Memória, esquecimento, silêncio”; os historiadores Pierre Nora, organizador da coletânea *Les lieux de mémoire*, Benedict Anderson, autor de *Nação e consciência nacional*, Carlos Alberto Vesentini, autor de *A teia do fato*; a psicóloga Ecléa Bosi, autora de *Memória e sociedade*.

Obrigatório para todos quanto se interessam pelos tortuosos caminhos da nacionalidade no Brasil, *A invenção da nação* é portanto, também, emblemático de um capítulo marcante da história do curso de História da UFG.

E ele é igualmente uma evidência da qualidade da pesquisa histórica desenvolvida em nossa universidade. Por isso, é sem dúvida muito auspicioso que se inaugure com esse livro a retomada da Editora UFG. Apadrinhada assim por *A invenção da nação*, que nossa editora possa satisfazer sua reencontrada vocação de tornar acessível ao público o conhecimento científico de excelência produzido pelos docentes e discentes da UFG.

Muito obrigada!

REFERÊNCIAS

- SALOMON, Marlon. Noé Freire Sandes (1961-2020) – Obituário. Disponível em: https://www.academia.edu/44186055/No%C3%A9_Freire_Sandes_1961_2020_Obitu%C3%A1rio Acesso em: 21 jun. 2025.
- SALOMON, Marlon. *O inconsciente historiográfico*: memorial acadêmico apresentado à Faculdade de História da UFG. Goiânia: UFG, 2021.
- SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação*: entre a Monarquia e a República. 3^a edição, Goiânia: Editora UFG, 2024.

O SETE DE SETEMBRO
e os tortuosos caminhos da nacionalidade brasileira
Conferência recebida em 06/06/2025 • Aceita em 10/07/2025
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado